

O Elo Perdido: a economia brasileira entre 1780 e 1830

José Jobson de Andrade Arruda

USP

É quase natural, entre os intelectuais brasileiros, sejam eles vinculados por uma postura arcaica ou modernizante, balizarem os horizontes da história do desenvolvimento econômico do Brasil a partir dos grandes símbolos paradigmáticos, quais sejam: a economia agrícola açucareira, a exploração aurífera mineira, o retorno ao ciclo agrário cafeeiro e finalmente, o momento da industrialização.

Nesses termos, temos sempre uma visão aurificada, atraída pelo brilho do ouro amarelo ou do ouro verde. Vivemos, entre a crise do ouro e a emergência do café, à espera da salvação representada pelo novo *boom* econômico atrelado a um produto redentor de nossas mazelas sociais e materiais.

Esta imagem, que atravessa dos intérpretes mais insossos aos mais críticos, deixa escapar um momento que, a nosso ver, é privilegiado para entender uma possibilidade nova, uma alternativa diferente, que sequer reconhecemos, que menosprezamos sob o apodo decadentista. A sensação que temos, haurida na bibliografia, é a de que o período posterior a 1780 é de profunda estagnação e assim continuará até a emergência da redenção cafeeira. Esquecemo-nos, por exemplo, que neste período se dá o processo da emancipação que, deslançado em

1808, alcança seu cume em 1822 e encerra-se em 1831. Não parece contraditório? A ex-colônia realiza o ato político mais significativo de sua história, aliás, o próprio ato de sua fundação, num momento considerado de desalento econômico, de retração dos ganhos e, necessariamente, de prostração das forças sociais? Se assim for entendido, é claro que a independência somente poderia ser atingida por meio de uma conjuntura favorável, através de uma circunstância fortuita que nos beneficiou e aqui lançou a família real. A independência e os documentos legais que a formalizaram, somente poderiam resultar de uma doação, de uma outorga, e a colônia, nestes termos, iniciaria seu sonho bestificado que permaneceria até a emergência da República.

A relação entre decadência e emergência do Estado Nacional criou uma outra correlação histórica que tem se mantido como mito político brasileiro: a relação incestuosa entre desenvolvimento econômico e intervenção do Estado.

Seria mesmo o período de 1780 a 1830 um período decadente na história econômica brasileira? Seria ele mesmo a sala de espera do parto cafeeiro que, por sua vez seria a ante-sala da industrialização?

Recordemos que a idéia de es-

tagnação econômica está posta em Celso Furtado e jamais nos abandonou. A idéia de que, com exceção do Maranhão, todo resto da colônia estava em profunda prostração no início do século XIX. Usa-se o argumento da renda per capita reduzida, a partir da retração dos valores libra/ouro da exportação, cifrados em torno de 5 milhões de £ em 1760 e reduzidos a 4 milhões de £, em 1800. Esquecemos do potencial dinamizador de uma renda de 4 milhões de £, quando a renda se distribui pela própria colônia. Em 1760, tínhamos 5 milhões de £ esterlinas concentradas nas mãos dos grandes produtores de açúcar e dos exploradores do metal precioso e, na sua maior parte, remetido para o exterior. Em 1800, a renda monetária é menor, mas resultante da exportação de uma grande variedade de produtos, dentre os quais, o outrora hegemônico açúcar, não representava mais do que 35% da pauta de exportação, enquanto o ouro se reduzira a pó. Além do açúcar e do algodão, com 24% das exportações, uma grande variedade de outros produtos recentemente entrados na pauta de exportação, cujo número se elevava a mais de cento e vinte, explicam a intensificação da circulação monetária interna, a distribuição mais intensa da renda, a variedade da renda per capita que ultrapassa em muitos lugares os considerados US\$ 50 calculados por Celso, para o período de 1760, mas que também descia abaixo deste índice em pontos determinados do país.

Revela-se uma economia viva, pela heterogeneidade das relações de trabalho que se delineiam nos vários recantos do país; pela disparidade dos preços da produção interna de produtos similares, mesmo em regime de monopólio metropolitano; pela forte

ação do contrabando nos portos brasileiros nos anos anteriores a 1808, que pela manutenção dos índices de exportação e forte retratação das importações, expõe o escancaramento dos portos e, portanto, a inapelável destruição do regime de exclusivo mesmo antes da transferência da família real. Evidencia-se, por outro lado, a ação de colonos buscando o seu próprio caminho nas malhas do sistema colonial. Reversamente, vemos a colônia importando uma enorme variedade de produtos industrializados que Portugal adquire nas demais nações estrangeiras mas, sobretudo, das fábricas portuguesas, que representam 32,3% no período de 1796 a 1811, contra 35,4% dos produtos estrangeiros industrializados, no mesmo período. Os produtos das fábricas chegaram a significar 42,2% no ano de 1798 e 40,5% em 1803. Isto revela uma colônia cujo potencial de consumo cresce, mesmo com a redução global do volume das exportações, considerando-se o ano de 1760 como marco. Isto mostra que a colônia era o principal mercado consumidor para os produtos industrializados em Portugal, pois devemos nos lembrar que neste período a colônia Brasil consumia 78,4% de todas as exportações portuguesas, ficando as demais colônias da África, Ásia e Ilhas com os restantes 21,4%. Disto se conclui que a colônia Brasil, dado o seu potencial, sustentava um processo de constituição de unidades fabris que poderiam desembocar num processo de industrialização. Daí se explica, efetivamente, o alvará de d. Maria I de 1785, que muitos consideraram insignificante pelo seu alcance, mas que, à vista destes novos dados, exigem uma reinterpretação.

De fato, o mercado brasileiro consumidor de produtos de baixa quali-

dade pela natureza de sua sociedade lastreada na escravidão, adequava-se perfeitamente à indústria nascente portuguesa, tecnicamente menos evoluída que suas concorrentes européias, mas que tinha um mercado cativo e perfeitamente ajustado à rusticidade das primeiras máquinas industriais. Se lembrarmos que dos 126 produtos da pauta de exportação colonial, 56 eram reexportados produzindo superávits comerciais e os demais 70 eram consumidos apenas em Portugal, entendemos como se fecha o circuito imaginado pelo Marquês de Pombal, no qual se dinamizaria a produção agrícola colonial e enlaçar-se-iam fortemente colônia e metrópole, através das companhias de comércio privilegiadas. A industrialização portuguesa, nestes termos, não é uma falácia, e nem foi destruída apenas pela Guerra Peninsular ou pela concorrência inglesa. Concorrência esta que apenas se revelou brutal no momento em que Portugal perdeu a exclusividade do mercado brasileiro.

Afinal de contas, que momento decadente é este no qual a importação de escravos se mantém nos seus patamares mais elevados. Lembramos que de 1796 a 1806, década vital para nossas considerações, importou-se no Brasil 500 mil escravos, com entradas médias em torno de 50 mil escravos por ano. Estas elevadas taxas de ingresso de escravos se dão no momento da chamada *decadência*, no instante da dita *estagnação*. Quem pagava então por estas importações, pois coincide exatamente com a crise do setor exportador clássico que mantivera a força do século XVIII brasileiro: *açúcar e ouro*. Identifica-se com o período chave da diversificação da economia brasileira. Se havia uma região que poderia encarnar esta decadência, seria

Minas Gerais por causa da crise aurífera. Mas sua população que contava 600 mil habitantes no final do século XVIII, conseguiu manter seu contingente de cativos e inclusive elevá-lo no século XIX, atingindo a cifra de 378 mil escravos em 1870, o terceiro contingente mundial de escravos, somente separado por Cuba e São Domingos. Considerando-se que, como demonstra Roberto Borges Martins, apenas 26% dessa massa escrava concentrava-se no setor cafeeiro, ficando os outros 74% inseridos na economia mercantil de subsistência ou no autoconsumo, exige-se a revisão da necessária identificação entre latifúndio, monocultura e escravidão. O Brasil colonial, no alvorecer do século XIX, revelou a possibilidade concreta de uma alternativa diferente. De um crescimento econômico lento, mas perseverante, igualmente mais integrados, capaz de importar escravos ou de procriá-los, numa multiplicidade de fazendas mistas que combinavam *agricultura/criação de gado; agricultura/exploração de ouro; agricultura/exploração de diamantes; agricultura/forjas de ferro; agricultura/manufatura têxtil*.

Esta constatação é significativa, pois destaca Minas como um exemplo da *industrial slavery* e que se aproxima do exemplo europeu da proto-industrialização, na sua perspectiva ruralizante. Trata-se de uma indústria rural que integra, originalmente, trabalhadores escravos, alugados e mão-de-obra livre rural que mantém laços de exploração particular da terra e, por isso mesmo, constitui-se em elemento cerceador das futuras possíveis transformações. O exemplo da *industrial slavery* dissemina-se também no Rio de Janeiro, na área fluminense, onde uma grande variedade de indústrias assenta-se no trabalho de escravos, aluga-

dos ou não, combinados com mão-de-obra imigrante ou não, com a diferença, em relação a Minas, que sua concentração é mais urbana, ou de maior proximidade urbana, como demonstra Geraldo Beauclair de Oliveira.

A idéia de que é possível um crescimento lento e resistente neste período é atestado por Santa Catarina, na qual pequenas atividades industriais, geralmente impulsionadas pela transformação de insumos agrícolas específicos, ou pela interveniência de capital oriundo das atividades de circulação comercial, engendraram um tipo diferenciado de indústrias familiares, nas quais se restringe a distribuição de dividendos em favor dos investimentos, o que aproxima este exemplo do modelo inglês de industrialização, no qual a modéstia dos capitais investidos é uma constante, como demonstrou François Crouzet. O resultado, porém, é a capacidade de resistir às crises, às oscilações, à independência em relação aos capitais externos. Santa Catarina é o exemplo do que poderia ter sido.

O próprio desenvolvimento econômico de São Paulo, efetivamente agregado à expansão cafeeira, deve muito do seu *élan*, a uma infra-estrutura montada nos anos precedentes ao seu arranque. Uma das marcas da Província de São Paulo é a diversidade de sua produção agrícola, uma verdadeira economia *caipira*, no início do século XIX, mas que foi capaz de montar uma infra-estrutura viária através das barreiras, integrar espaços econômicos privilegiados para a produção cafeeira, introverter e extroverter a rede viária através de comércios triangulares e de exportação. A *pobre Província* era capaz de manter saldos em sua administração, ao contrário da maioria das

Províncias que tinham que ser socorridas pelo poder central, demonstrando, o potencial econômico gerador de excedentes apropriáveis via tributação.

De toda evidência, os anos 1780/1830, constituem-se no elo perdido da história econômica e social brasileira. Nublado pela história vitoriosa do ouro e do café, coloca em segundo plano a produção de subsistência, a história do abastecimento, a trajetória da economia mercantil de subsistência, a força da diversificação econômica que é a marca do período e, a partir da qual, é possível entender a emergência de um patamar mínimo de integração no mercado mundial; um mínimo de articulação interna entre as diferentes regiões e zonas produtivas brasileiras; a existência de diferentes relações de produção e variados padrões de acumulação nas regiões brasileiras; a emergência de um centro dinâmico capaz de integrar o conjunto e mesmo se auto-reproduzir, como é o caso de Minas Gerais. Este leque de condições é fundamental para a integração do Brasil no mercado mundial. São igualmente condições decisivas para a emergência do mercado nacional e, por decorrência da inversão colonial com a precipitação das tensões sociais que se refletem nos conflitos, conducentes à ruptura política e a própria constituição do Estado Nacional.

A passividade colonial é, pois, um mito. O crescimento econômico de 1780 a 1830 teve sua visibilidade histórica obliterada pelas ondas verdes do maremoto cafeeiro, depois substituído pela atração das chaminés. A hegemonização do Estado no Brasil, resulta exatamente da derrota da opção pelo crescimento lento, silencioso, mas que poderia ser perseverante e integrador.